



COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE SUPRIMENTOS

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

Vitória, 16 de maio de 2022.

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência a saúde, por meio de operadora, seguradora ou administradora de planos de saúde, com rede própria e/ou credenciada, na modalidade de contratação coletivo empresarial, nos termos da Lei 9.656, de 3 de junho de 1998 e devidamente autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS

Por este instrumento particular, a **COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO**, Empresa Pública Federal, com sede na Rua Izidro Benezath, 48 – Ed. Six – 3º Andar - Enseada do Suá – Vitória – ES – EP 29050-300 – telefone 55 27 3132-7370, inscrita no CNPJ sob o nº 27.316.538/0001-66, neste ato representada por seu Diretor-Presidente designado em inscrito no CPF sob o nº, portador da Carteira de Identidade nº, e pelo Diretor de, designado em inscrito no CPF sob o nº, portador da Carteira de Identidade nº, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa, inscrita no CNPJ sob nº, com sede, neste ato representada por, portador da Carteira de Identidade nº, expedida pela/.... e CPF nº denominada **CONTRATADA**, firmam o presente **CONTRATO**, tendo em vista o que consta no **processo protocolado sob o nº 50.904.101217/2021-63** autorizada pela DIREXE – Diretoria Executiva da CODESA em sua **xxxx** Reunião de **xx** de **xxxx** de 2022, em observância às disposições da Lei 13.303 de 30/06/2016; do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA, da Lei 8.078 de 11/09/1990 - Código de Defesa do Consumidor; da Lei 8.137 de 27/12/1990 - Crime Contra Ordem Tributária, Econômica e Relações de Consumo; da Lei Federal 8.429 de 02/06/1992 – Improbidade Administrativa; Lei Complementar 123 de 14/12/2006, outras legislações quando couber, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão nº XXX/2022**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO E DA CONDUTA ÉTICA DAS PARTES

1.1. A legislação que regula a presente contratação é: Lei 13.303 de 30/06/2016; o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA, Lei 8.078 de 11/09/1990 - Código de Defesa do Consumidor; Lei 8.137 de 27/12/1990 - Crime Contraordem Tributária, Econômica e Relações de

Consumo; Lei Federal 8.429 de 02/06/1992 – Improbidade Administrativa; Lei Complementar 123 de 14/12/2006; outras legislações quando couber.

1.2. A CONTRATADA e a CONTRATANTE comprometem-se a manter a integridade nas relações público-privadas, agindo de boa-fé e de acordo com os princípios da legalidade, da moralidade administrativa, da impessoalidade, da eficiência, da vinculação ao instrumento convocatório, além de pautar sua conduta por preceitos éticos e, em especial, por sua responsabilidade socioambiental.

1.3. Em atendimento ao disposto no subitem 1.2 desta Cláusula, a CONTRATADA obriga-se, inclusive, a adotar, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição.

1.4. O Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA está disponibilizado no endereço <http://www.codesa.gov.br/site/?p=licitacoes-e-contratos>

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS

2.1. Fazem parte integrante do presente contrato, com força de cláusula contratual e gerando direitos e obrigações, os seguintes documentos, de cujo inteiro teor as partes declaram ter pleno conhecimento:

- 2.1.1. EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 026/2021 E SEUS ANEXOS;
- 2.1.2. PROPOSTA DA CONTRATADA.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência a saúde, por meio de operadora, seguradora ou administradora de planos de saúde, com rede própria e/ou credenciada, na modalidade de contratação coletivo empresarial, nos termos da Lei 9.656, de 3 de junho de 1998 e devidamente autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS compreendendo atendimento médico-hospitalar e ambulatorial, exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico e terapia, bem como terapia e internações, tanto em caráter eletivo, como emergencial, em hospitais e clínicas, sem excluir doenças preexistentes estabelecidos nos incisos I, II, III e IV do artigo 12 da Lei 9.656, de 3 de junho de 1998 e observando as condições de procedimentos estabelecidas na Resolução Normativa – RN nº 465, de 24 de fevereiro de 2021 da ANS, nas condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

3.2. A contratação constitui-se de **ITEM ÚNICO**, conforme quadro resumo do objeto:

Item	Descrição dos Serviços	Unidade	Quantidade
01	Plano de Saúde observadas as condições do item 1.2.3 e demais condições constantes do Termo de Referência.	Unid	01

4. CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. A contratação do objeto deste Contrato será realizada pelo regime de empreitada por preço unitário.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA FONTE DE RECURSOS

5.1. Os recursos financeiros para pagamento dos encargos resultantes desta licitação provêm do orçamento da CODESA, conforme categoria econômica: [**2.201.030.100 - Assistência Médica e Odontológica**] conforme solicitado pela a **Coordenação de Recursos Humanos (CODRHU)**. Fonte dos Recursos: **Custeio**. Classificação Contábil: despesa. A contratação é uma prestação de serviço enquadrada no item 4.22 da LC 116/2003.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR GLOBAL DE CUSTO

6.1. Conforme proposta apresentada pela Contratada e aceita pela CODESA, o valor global de custo do Objeto do presente Contrato é de R\$..... (.....), conforme composição de custos dos seguintes serviços:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL
01	Contratação de plano saúde privado, na modalidade coletivo empresarial, de livre adesão, com custo por faixa etária, mensalidade paritária (EMPRESA X EMPREGADO) pré-fixada, coparticipação, nas condições mínimas estabelecidas no Termo de Referência.	

EMPREGADOS ATIVOS + DEPENDENTES LEGAIS					
Faixa	Titular	Dependente	Total de Beneficiários	Valor Unitário	Valor Total
0-18	0	188	188		
19-23	0	29	29		
24-28	0	7	7		
29-33	4	13	17		
34-38	36	32	68		
39-43	58	46	104		
44-48	44	20	64		
49-53	19	11	30		
54-58	24	22	46		
59+	51	31	82		
Total	236	399	635	R\$ - (Total Mensal)	R\$
Valor limite de Coparticipação por beneficiário				R\$ - (unitário)	R\$
VALOR ESTIMADO DE CONTRATAÇÃO					

6.2. Com base no disposto na Resolução Normativa ANS nº 279/2011, que regulamenta os artigos 30 e 31 da Lei nº 9.656/1998, os empregados que venham a aderir ao plano contratado, **que forem demitidos sem justa causa serão contemplados no novo plano de saúde CODESA, desde que assumam o seu pagamento integral**, os custos de mensalidade e coparticipação diretamente com a contratada, na forma definida pela operadora, não cabendo, portanto, a CODESA o repasse deste valores à Contratada.

6.3. No valor global estão incluídas todas as despesas e custos necessários à execução total dos serviços contratados diretos e indiretos, tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições, transporte, frete, seguro e insumos.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E CONDIÇÕES DO PAGAMENTO

7.1. As medições serão realizadas até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês de referência;

7.2. Mensalmente a CONTRATADA deverá apresentar relatório de medição discriminando as atividades e serviços prestados no período de referência;

- 7.3. Este relatório deverá conter no mínimo as seguintes informações:
- 7.3.1. Demonstrativo dos beneficiários cadastrados no mês anterior;
- 7.3.2. Demonstrativo dos beneficiários incluídos ou excluídos no mês anterior
- 7.3.3. Demonstrativo do uso de coparticipação do mês anterior;
- 7.4. Após a emissão do relatório a CONTRATANTE analisará o relatório e, estando este condizente com os serviços prestados, autorizará a emissão de Nota Fiscal para faturamento;
- 7.4.1. Deverão ser emitidas notas fiscais/faturas separadas, sendo uma referente à mensalidade do plano e outra ao faturamento de coparticipação.
- 7.5. Os pagamentos serão efetuados mensalmente, e ocorrerão em até 30 (trinta) dias consecutivos da apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is) correspondente (s) aos serviços executados no mês anterior. Após conferir e atestar a(s) Nota(s) Fiscal(is), caberá ao fiscal do contrato encaminhá-la (s) para pagamento.
- 7.6. Na(s) Nota(s) Fiscal(is), deverá constar o número do Contrato, o número da agência e da conta bancária correspondente. A(s) Nota(s) Fiscal(is) deverá(ão) ser emitida(s) conforme a legislação fiscal/tributária vigente, com observância, principalmente, ao preenchimento de seus campos.
- 7.6.1. As nota(s) Fiscal(is)/fatura(s) deverá (ão) ser acompanhada (s) de relatório com detalhamento dos serviços faturados.
- 7.6.2. Caso a contratada seja administradora, a Nota fiscal/fatura deverá ser acompanhada, além do relatório do item anterior, da(s) nota(s) fiscal(is) emitidas pela operadora que efetivamente tenha prestado o serviço.
- 7.7. Caso sejam verificadas divergências, a(s) Nota(s) Fiscal(Ais) será(ão) devolvida(s) à CONTRATADA, interrompendo-se o prazo de pagamento até que esta providencie as medidas saneadoras ou comprove a correção dos dados contestados pela Fiscalização da CODESA, sem que isso gere encargos financeiros para a CODESA.
- 7.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, serão aplicadas as seguintes compensações financeiras e penalidades:
- 7.8.1. multa de 0,1% ao dia, sobre o valor pago em atraso, incidentes a partir do primeiro dia subsequente ao vencimento da obrigação, limitada a 2%;
- 7.8.2. juros moratórios de 0,033% ao dia, sobre o valor pago em atraso, incidentes a partir do primeiro dia subsequente ao vencimento da obrigação, até o efetivo adimplemento desta.
- 7.9. Em caso de atraso pela Contratante, as verbas de natureza acessória (juros e multa) serão pagas por meio de crédito em conta corrente, mediante Ordem Financeira e apresentação de nota de débito ou fatura.
- 7.10. Fica estabelecido que a Contratada não procederá ao desconto de título, não fará cessão de crédito, nem fará apresentação para cobrança pela rede bancária, e a CODESA não endossará nem dará aceite a eventuais títulos que forem apresentados por terceiros.
- 7.11. Deverão ser apresentadas juntamente com as Notas Fiscais, as certidões que comprovam a regularidade da contratada junto ao INSS e ao FGTS, conforme exigido na habilitação fiscal. Deverá também ser apresentada a prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943;
- 7.11.1. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

7.11.2. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.12. Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18 da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.13. Pagamento Mensal

7.14. A prestação de serviços têm caráter permanente e custos variáveis em razão do número de beneficiário cadastrados no mês e no valor de coparticipação.

8. **CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO**

8.1. O prazo de vigência do Contrato decorrente desta licitação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por até 5 anos, conforme Artigos 104 e 107 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codesa.

8.2. A CONTRATADA deverá iniciar a execução dos serviços, após assinatura do Contrato.

8.3. A prorrogação de **prazo de vigência** será realizada mediante a celebração de Termo Aditivo, desde que efetivada e requerida durante a vigência do contrato, justificada por escrito e autorizada pela autoridade competente, nos termos dos Artigos 104 e 107 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA.

9. **CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

9.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei n.º 13.303, de 2016, da Lei n.º 10.520, de 2002, e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codesa a CONTRATADA que:

9.1.1. Ensejar inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

9.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

9.1.3. Fraudar na execução do contrato;

9.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

9.1.5. Cometer fraude fiscal;

9.2. Pela inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações estabelecidas na execução do objeto contratado, a Codesa poderá aplicar ao contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

9.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE.

9.2.2. Multa moratória

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias. Após este prazo e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) de 2% (dois por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela inadimplida, pela demora em substituir o material rejeitado;

9.2.3. Multa compensatória

- a) de até 2% (dois por cento) em caso de inexecução parcial, sobre o valor total do contrato;
- b) de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

9.3. As importâncias relativas às multas serão descontadas pela CONTRATANTE de eventuais créditos a vencer da empresa CONTRATADA, e/ou da garantia prestada. Na ausência de créditos disponíveis para quitação da importância da multa, a Contratante deverá fazer o pagamento por meio de Guia de Recolhimento - GDR, que será creditado na conta da CODESA, ou, quando for o caso, será cobrado judicialmente.

9.4. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Codesa, pelo prazo de até 2 (dois) anos poderá ser aplicada à empresa que:

- 9.4.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 9.4.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 9.4.3. Não assinar o Contrato no prazo estabelecido neste instrumento;
- 9.4.4. Deixar de entregar a documentação exigida neste instrumento;
- 9.4.5. Apresentar documentação falsa exigida neste instrumento;
- 9.4.6. Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- 9.4.7. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 9.4.8. Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.

9.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se os procedimentos internos da Codesa, e subsidiariamente a Lei n.º 9.784 de 1999.

9.6. As sanções de advertência e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Codesa poderão ser aplicadas juntamente com a de multa.

9.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

9.8. Da decisão final cabe recurso à autoridade competente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato. No caso de indeferimento da defesa apresentada, e uma vez concluído o processo administrativo, a importância devida correspondente à aplicação da multa deverá ser recolhida junto à Codfor/Codesa, em até 5 (cinco) dias úteis a partir da sua notificação da decisão final.

9.8.1. Caso não haja o recolhimento da multa no prazo estipulado, a CONTRATANTE descontará a referida importância, de eventuais créditos a vencer da empresa CONTRATADA e/ou da garantia contratual.

9.8.2. Na ausência de créditos disponíveis para quitação da importância da multa, a CONTRATANTE deverá fazer o pagamento por meio de Guia de Recolhimento – GDR, que será creditado na conta da Codesa e, quando for o caso, será cobrado judicialmente.

9.9. Na execução contratual, cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à Codesa (funcionários, suas instalações, imagem), meio ambiente ou a terceiros.

9.9.1. Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1. A rescisão do contrato poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos Arts. 122 a 124 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DE REAJUSTE E REVISÃO

11.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas, ressalvada a ocorrência de variação do valor da contraprestação pecuniária em razão de mudança de faixa etária de usuário.

11.2. Os valores contratados poderão ser reajustados anualmente, **devendo ser negociado entre as partes**, depois de decorridos os 12 (doze) primeiros meses de vigência contratual, limitando-se ao Índice de Variação dos Custos Médico Hospitalares (IVCMH), ou por outro índice equivalente adotado pela ANS, observadas as disposições do artigo 5º do Decreto nº 1.054, de 07/02/1994 e demais normas legais aplicáveis, desde que observada a compatibilidade dos preços finais com aqueles praticados no mercado.

11.3. O valor da parcela de reajustamento deverá ser calculado conforme regra definida a seguir:

$$R = ((I_i - I_o) \times V) / I_o$$

Em que:

R = valor do reajustamento procurado;

V = valor contratual a ser reajustado;

I_i = índice correspondente ao mês do reajuste; e

I_o = índice inicial correspondente a data de apresentação da proposta.

11.4. A CONTRATADA poderá solicitar o **equilíbrio econômico-financeiro do contrato**, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no instrumento contratual ou ocorrência de índice de sinistralidade superior a 70% (setenta por cento) nos últimos 12 (doze) meses.

11.5. Neste caso, incumbirá à CONTRATADA a demonstração do cálculo da sinistralidade e da memória de cálculo com os respectivos documentos comprobatórios como pré-requisito para a revisão do preço.

11.6. Serão considerados para fins de sinistralidade os custos assistenciais sobre as faturas pagas, relativas às competências do intervalo considerado 12(doze) meses, aplicadas ao índice de 70%, deduzido do fator 1(um), conforme fórmula a seguir:

$$\text{Índice de Reajuste} = \{ [(S \text{ Média} / P \text{ Média}) / 0,70] - 1 \} * 100$$

Sendo:

S Média = Sinistralidade Média

P Média = Prêmio Médio

11.7. Junto com o requerimento, a CONTRATADA deverá apresentar relatório e documentação evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercuta no valor total pactuado.

11.8. Os valores das mensalidades/tabela de preços para as novas adesões serão reajustados, na mesma data e no índice de reajuste previsto neste capítulo, independente da data de inclusão.

11.9. No mês subsequente ao aniversário do beneficiário que atinja a idade limite de cada faixa, automaticamente, esse será inserido na faixa seguinte, prevalecendo, por consequência, a mensalidade da respectiva faixa etária.

11.10. O reajuste poderá ser efetuado por meio de simples termo de apostilamento, nos termos do art. 81, § 7º, da Lei 13.303/2016 e art. 108, §9º do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA.

11.11. Os efeitos financeiros do reajuste serão aplicados a partir do 13º mês, subsequente ao período anual de apuração do índice, independentemente da variação para maior ou para menor.

11.12. A contratada deverá solicitar o reajuste até a prorrogação ou encerramento do Contrato, hipóteses em que os efeitos financeiros serão concedidos de modo retroativo a partir do fato gerador. Com o encerramento do Contrato ou prorrogação do mesmo sem expressa ressalva, opera-se a renúncia a eventual reajuste relativo a período anterior à assinatura do respectivo Termo Aditivo.

11.13. A CONTRATADA poderá adicionar documentos e/ou estudos adicionais, que julgar necessário, por ocasião da solicitação de reajuste que consta neste item em percentuais superiores à metodologia de reajuste, ora estabelecida no item 11.6.

11.13.1. A CONTRATANTE poderá requerer, a qualquer tempo, junto a CONTRATADA, informações adicionais, bem como também poderá realizar análises complementares, com vistas a municiar CONTRATANTE, quanto a decisão de aceitar ou não eventuais percentuais de reajustes adicionais, que eventualmente venham a ser pleiteados, conforme consta no item 11.13.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA REVISÃO – EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

12.1. A CODESA e a contratada têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, em consonância com o inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal, a ser realizado mediante reajuste ou revisão de preços.

12.2. A revisão de preços poderá ser realizada por iniciativa da CODESA ou mediante solicitação da contratada, a qualquer tempo da vigência contratual, quando ocorrer fato imprevisível ou previsível, porém, de consequências incalculáveis, fato retardador ou impeditivo da execução do Contrato, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, que onere ou desonere as obrigações pactuadas no Instrumento contratual, sendo, porém, vedada nas hipóteses em que o risco seja alocado à contratada nos termos da Cláusula de Matriz de Riscos, respeitando-se o seguinte:

I - a contratada deverá formular à CODESA requerimento para a revisão do Contrato, comprovando a ocorrência do fato gerador;

II - a comprovação será realizada por meio de documentos, tais como atos normativos que criem ou alterem tributos, lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta ou do último reajuste e do momento do pedido de revisão;

III - com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos unitários, comparativas entre a data da apresentação da proposta ou do último reajuste e o momento do pedido de revisão, contemplando os custos unitários envolvidos e evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor pactuado.

IV - A contratada deverá solicitar a revisão de preços até a prorrogação ou o encerramento do Contrato, hipótese em que os efeitos financeiros serão concedidos de modo retroativo a partir do fato gerador. Caso o Contrato esteja encerrado, operar-se-á a renúncia a eventual direito a revisão.

12.3. Independentemente de solicitação, a CODESA poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado, ou de itens que compõem o custo, cabendo à contratada apresentar as informações solicitadas pela CODESA.

12.4. A criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, com comprovada repercussão no preço contratado implicarão a revisão deste para mais ou para menos, conforme o caso.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações além daquelas já previstas no Termo de Referência:

- 13.1. Promover o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, por meio de empregado público especialmente designado pela Contratante;
- 13.2. Efetuar os pagamentos devidos em razão da prestação dos serviços fornecidos pela CONTRATADA após a apresentação das respectivas notas fiscais com o devido "atesto" do Gestor de Contrato, ou do Fiscal, caso este também seja designado;
- 13.3. Zelar, durante toda a vigência contratual, pelo cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta, bem como pela manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 13.4. Disponibilizar toda a infraestrutura necessária para o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, em conformidade com as boas práticas de gestão e capacidade, disponibilidade e continuidade;
- 13.5. Recusar com a devida justificativa qualquer serviço entregue fora das especificações constantes na proposta da Contratada, fixando prazo para a sua correção, quando for o caso;
- 13.6. Comunicar à Contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas à prestação dos serviços;
- 13.7. Permitir acesso dos empregados da Contratada às suas dependências para a execução dos serviços;
- 13.8. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da Contratada;
- 13.9. Avaliar periodicamente o cumprimento dos níveis mínimos de serviço da CONTRATADA, e tomar as medidas contratuais cabíveis em caso de descumprimento, em especial os relativos à disponibilidade, conectividade, segurança da informação, entre outros.
- 13.10. Vetar o emprego de qualquer produto e/ou serviço que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA, que possa ser inadequado, nocivo, danificar seus bens patrimoniais ou ser prejudicial à saúde dos servidores;
- 13.11. No caso de rejeição do serviço, a CONTRATANTE deverá comunicar o fato à CONTRATADA. A Fiscalização estipulará prazo, a contar da notificação, para que a CONTRATADA, às suas custas, saneie as pendências;
- 13.12. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;
- 13.13. Preencher e enviar a Ordem de Início dos Serviços de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência.

14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

São obrigações além daquelas já previstas no Termo de Referência:

- 14.1. Prestar os serviços conforme prazos, especificações técnicas e condições definidas no Termo de Referência e conforme Proposta Comercial;
- 14.2. Prestar suporte técnico dos serviços, na forma e nos prazos estabelecidos.
- 14.3. Disponibilizar, por ocasião da assinatura do Contrato, pontos de contato dos responsáveis pelo suporte técnico e apoio administrativo/comercial, contemplando nomes e telefones, bem como promover sua atualização constante;
- 14.4. Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Gestor do Contrato, os serviços efetuados em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 14.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CODESA

autorizada a descontar da garantia, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

14.6. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do Contratante, ou ainda a terceiros, durante a execução deste Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo Contratante;

14.6.1. Apurado o dano e caracterizada sua autoria e culpa por qualquer empregado ou preposto da Contratada, esta pagará à CONTRATANTE o valor correspondente, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento de notificação pela área fiscalizadora, sob pena de ter o valor apurado descontado na fatura do mês subsequente, sem prejuízo das demais sanções e responsabilidades cabíveis, observado o direito do contraditório e ampla defesa;

14.7. Responder, por escrito, no prazo máximo de 48 horas (quarenta e oito) horas, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes ao Contrato, que venham a ser solicitados pelo Contratante;

14.8. Apresentar à Contratante a relação nominal dos empregados e dos veículos que adentrarão à CODESA para a execução do serviço, apresentando os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, mantendo as informações atualizadas inclusive;

14.9. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do Contratante;

14.10. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

14.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento das normas de segurança e saúde do trabalho, inclusive quanto ao fornecimento e uso dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI, quando a situação exigir;

14.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento da legislação ambiental, inclusive pela regular quitação de taxas de licenças para execução dos serviços, dependentes de quaisquer autoridades federais, estaduais e/ou municipais;

14.13. Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço para verificar as condições em que o serviço está sendo prestado;

14.14. Comunicar à fiscalização do Contratante qualquer anormalidade/ocorrência constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;

14.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesesseis anos, exceto na condição de menor aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

14.16. Manter, durante o período de contratação, o atendimento das condições de habilitação e qualificação técnicas exigidas na licitação;

14.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

14.18. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto contratado;

14.19. A Contratada poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, nos termos do § 1º do art. 108 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos da CODESA;

14.20. A existência e a atuação da Fiscalização pela Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne ao objeto contratado e às suas consequências e implicações;

- 14.21. Indicar, formalmente, preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do Contrato;
- 14.22. É expressamente vedada à CONTRATADA a contratação de colaborador pertencente ao quadro de pessoal da CODESA durante a vigência deste contrato;
- 14.23. Cumprir fielmente os níveis mínimos de serviço estabelecidos no Termo de Referência, contratualmente, ou decorrentes de legislação aplicável;
- 14.24. Assegurar à Contratante os recursos técnicos e tecnológicos necessários para transição e portabilidade dos serviços em caso de distrato, descumprimento, interrupção ou encerramento de vigência contratual, quando for o caso;
- 14.25. Para efeitos de mensuração dos limites estipulados no Termo de Referência, os períodos de apuração serão contados a partir do 1º dia de cada mês sob gestão do Gestor do Contrato, formalmente designado;
- 14.26. Emitir nota fiscal no valor pactuado e nas condições do Contrato, apresentando-a à Contratante para pagamento;
- 14.27. **Declaração** subscrita por representante legal da licitante, afirmando que tem conhecimento da Política de Integridade da Codesa, formalizada pela Resolução 42, de 30 de setembro de 2020; que sua proposta foi elaborada de maneira independente e que conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013, comprometendo-se com os mais altos padrões de ética durante o procedimento licitatório bem como todo o período da contratação.
- 14.27.1. A Política de Integridade da Codesa encontra-se disponível no site da Companhia, em www.codesa.gov.br – Transparência – Transparência – Políticas e Práticas de Governança – Política de Integridade ou no seguinte endereço:
- [http://codesa.gov.br/scriptcase/file/doc/codesa_arquivos/RESOLUCAO%20422020\(1\).pdf](http://codesa.gov.br/scriptcase/file/doc/codesa_arquivos/RESOLUCAO%20422020(1).pdf)
- 14.28. Solicitar ao beneficiário, diretamente ou através do CONTRATANTE, informações ou documentos necessários à complementação administrativa do procedimento de reembolso, cuja efetivação dar-se-á em até 30 (trinta) dias, através de depósito em conta corrente do beneficiário titular a partir da apresentação da solicitação do ressarcimento, notas fiscais das despesas realizadas e ou recibos de honorários médicos, quando for o caso;
- 14.29. Fornecer ao beneficiário e seus dependentes, sem qualquer custo adicional, carteira de identificação individual para cada usuário, com prazo e validade igual ao da duração do contrato;
- 14.29.1. Em caso de perda ou extravio de carteira de identificação individual por meio físico, o custo da emissão de 2ª via ficará a cargo da empresa contratante;
- 14.30. Disponibilizar a cada beneficiário titular manual de orientação de todos os procedimentos inerentes à realização de consultas, exames de diagnóstico, tratamentos de emergência, reembolso a relação de credenciados. Manter atualizada no sítio eletrônico (portal de internet da contratada) a relação dos profissionais e entidades prestadoras dos serviços credenciados;
- 14.31. Negociar, conforme sugestão do CONTRATANTE, a possibilidade de inclusão de profissionais ou entidades de Assistência à Saúde, conforme diretrizes administrativas da CONTRATADA e da ANS;
- 14.32. Comunicar, imediatamente, a CONTRATANTE qualquer interrupção na execução dos serviços por parte das instituições credenciadas (hospitais, clínicas e laboratórios);
- 14.33. Comunicar, com pelo menos 30 dias de antecedência, qualquer alteração ou substituição da rede prestadora de serviços, nos termos do Artigo 17 da Lei 9656/98;
- 14.34. Garantir a continuidade imediata ao tratamento das pessoas que estão em internação hospitalar, ou domiciliar, sem prejuízo em seu estado de saúde;

14.35. Garantir a continuidade imediata ao tratamento das pessoas que estão em tratamento oncológico, sem prejuízo em seu estado de saúde;

14.36. Declarar ter pleno conhecimento das obrigações contidas na Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), bem como do Código de Boas Práticas de Proteção de Dados da ANS/CNSaúde, a qual dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive por meios digitais, comprometendo-se a cumpri-la e a fazer com que seus sócios, administradores, funcionários e colaboradores a cumpram;

14.37. Declarar e concordar, de forma irrevogável e irretratável, que responderá civil e criminalmente por qualquer infração ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), seja ela decorrente de ação ou omissão atribuível a si, seus sócios, administradores, funcionários, colaboradores que, direta ou indiretamente causem prejuízos de qualquer ordem à outra parte e/ou à terceiros por força de relação contratual mantida entre as partes, obrigando-se a indenizar integralmente e imediatamente qualquer multa ou penalidade imposta à, parte infratora, ressalvado ainda o direito de pleitear indenização por perdas e danos, danos morais e lucros cessantes.

15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO**

15.1. Conforme determina o item 17 do Termo de Referência, bem como o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA, Arts. 109, 110, 119 a 121.

16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES**

16.1. Os contratos celebrados com a CODESA poderão ser alterados qualitativamente e quantitativamente, por acordo das partes, desde que devidamente justificados, vedando-se alterações que resultam em violação ao dever de licitar, conforme dispõe o art. 81 da Lei nº 13.303/2016 e o art. 108 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA.

17. **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS VEDAÇÕES**

17.1. É vedado à CONTRATADA:

17.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

17.1.2. interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

18. **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS CASOS OMISSOS**

18.1. Os casos omissos serão decididos pela contratante, segundo as disposições contidas na Lei 13.303/2016 e pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078 de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípio gerais dos contratos, como também pelos documentos integrantes do presente instrumento contratual.

19. **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO**

19.1. Elegem as partes, o Foro da Seção Judiciária do Espírito Santo, com renúncia expressa a qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas ao presente Contrato.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito na presença das testemunhas abaixo firmadas.

XXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXX

Diretor Presidente da CODESA	Diretor XXXXXXXX
XXXXXXXXXXXX Representante Legal da Contratada	



Documento assinado eletronicamente por **Kamila Broetto Pegoretti Pimentel, Coordenador - Coord. de Suprimentos**, em 16/05/2022, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5596041** e o código CRC **FC8C4425**.



Referência: Processo nº 50904.101217/2021-63



SEI nº 5596041

Rua Izidro Benezath, 48, (3º e 4º andares) - Bairro Enseada do Suá
Vitória/ES, CEP 29050-300
Telefone: 2731327301 - www.codesa.gov.br